



Ata da 342ª, tricentésima quadragésima segunda, reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Jacareí realizada em vinte sete de junho de dois mil e vinte e três. Nesta data reuniu-se o Conselho Deliberativo do IPMJ em modo híbrido, sendo on-line e na sala de reuniões da sede do IPMJ, sob a presidência da presidente do IPMJ Sra. Rossana Vasques. Presentes à reunião os conselheiros: Adriana Cristina de Souza Faria (on-line), Ana Paula Nola Denski Bif, André Luiz Cintra, Carlos Augusto Zani, Danielle de Paula, Dayane Lisboa Azevedo (on-line), José Ricardo Vinhas (on-line), Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo (on-line), Lucieni Cristina Galvão Lázaro, Renata Ramos Vieira, e Victor Adriano Vieira Silva. Ausentes: Carlos Alberto Abreu dos Santos, José Edson Silva Souza e Reynaldo Bueno Prianti Neto que justificaram a ausência. Também participaram da reunião a assessora financeira e contábil da presidência Fabiola de Melo Silva e o advogado do IPMJ Dr. Francisco Caluza Machado, por vídeo conferência, o assessor da presidência Luís Gustavo Ferreira Bonacina e a Diretora de Benefícios Sandra Pereira Rossi, presencialmente. A reunião teve início às 9h06, sendo conduzida pela presidente, que após os cumprimentos de praxe, anunciou a pauta do dia conforme a convocação, seguindo-se a pauta: 1- Aprovação da Ata 341ª Reunião Ordinária. A presidente comunicou que a ata foi encaminhada por e-mail com antecedência aos conselheiros para análise. Aberta a votação, não houve alterações e a ata foi aprovada sem emendas por unanimidade. 2- Finanças (Investimentos, Aprovação do Balancete). O balancete do mês de Maio/2023 foi disponibilizado aos conselheiros por e-mail para análise. A apresentação foi iniciada pelas Receitas Orçamentárias, esclarecendo a assessora da presidência Sra. Fabiola que a Prefeitura, SAAE, Fundação Cultural, Câmara Municipal e Regulação repassaram as contribuições dos servidores referente a folha competência de Abril/2023, e o IPMJ referente a competência de Maio/2023, que totalizou o valor de R\$ 2.571.715,34 (dois milhões, quinhentos e setenta e um mil, setecentos e quinze reais e trinta e quatro centavos), com um acumulado de R\$ 13.870.268,26 (treze milhões, oitocentos e setenta mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte e seis centavos), lembrando que a alíquota dos servidores é de 14%. Foi registrada a receita de contribuição oriunda de Sentenças Judiciais no valor de R\$ 3.303,51 (três mil, trezentos e três reais e cinquenta e um centavos), com um acumulado de R\$ 51.039,78 (cinquenta e um mil, trinta e nove reais, setenta e oito centavos). Referente ao acordo de parcelamento de servidor parcela 44/60 foi aferido o valor de R\$ 6.685,66 (seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), acumulando o valor de R\$ 67.592,77 (sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e dois reais e setenta e sete centavos). Receita patrimonial (rendimentos reconhecidos orçamentariamente sempre que há movimentação na carteira de investimento – renda fixa, variável, investimentos no exterior ou juros de títulos públicos); no mês de Maio/2023 registrou-se movimentação de renda fixa (Fundos do Santander DI), resgate de título público com vencimento no dia 15 de maio de 2023 e recebimento de cupom de juros das vértices ímpares, resultando em um montante de R\$ 8.675.005,27 (oito milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, cinco reais e vinte e sete centavos), gerando um acumulado de R\$ 14.373.854,89 (quatorze milhões, trezentos e setenta e três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais, oitenta e nove centavos). Em decorrência da Restituição de Benefícios Previdenciários, foi registrado o valor de R\$ 965,05 (novecentos e sessenta e cinco reais e cinco centavos), com um acumulado de R\$ 10.676,73 (dez mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos). Quanto ao COMPREV (compensação previdenciária) no mês, o valor bruto contabilizado foi de R\$ 523.823,64 (quinhentos e vinte e três mil, oitocentos e vinte e três reais e sessenta e quatro centavos), referência de março/2023, destacando que no mês não houve glosa de valor, gerando um acumulado bruto de R\$ 1.880.527,02



(um milhão, oitocentos e oitenta mil, quinhentos e vinte e sete reais e dois centavos). Destacou ainda o registro de outras receitas correntes do IPMJ, que são as consideradas da taxa de administração e são registradas como despesas orçamentárias, seguidas das receitas de honorários advocatícios e outras receitas próprias do IPMJ. Na descrição de Receitas Intra OFSS, anunciou as contribuições patronais repassadas, assim como as contribuições dos servidores, pela Prefeitura e Fundação Cultural referente a folha de Competência de Abril/2023 e IPMJ referente a competência de Maio/2023, a assessora observou que o repasse refere-se à contribuição patronal de 16,70% com um acréscimo de 3,52% conforme previsto referente aos professores registrando o valor total de R\$ 2.722.349,16 (dois milhões, setecentos e vinte e dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e dezesseis centavos), com um acumulado no valor de R\$ 14.836.625,35 (quatorze milhões, oitocentos e trinta e seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos). Quanto aos acordos de parcelamento, informou que os acordos elaborados conforme a Emenda 113/21, foram todos aprovados pelo Ministério da Previdência, sendo repassadas as parcelas de cada um, do Acordo 649/2022 foi repassada a parcela 11/240, do Acordo 1060/2022 foi repassada a parcela 06/240, do Acordo 1062 a parcela 04/240 e do Acordo 1064/2022 a parcela 03/240, havendo ainda outros dois acordos, sendo um decorrente do PAP nº 18/2022 da auditoria referente as alíquotas suplementares do período de 2016 a 2020, o Acordo 59/2023 refere-se ao período de janeiro, fevereiro e março/2016 a 2020, estando ainda em análise pela Secretaria de Previdência, sendo repassada a parcela 03/60. O Acordo 134/2023 que também é de janeiro, fevereiro e março/2021 e 2022, já foi aprovado pela Secretaria de Previdência sendo repassado a parcela 01/60. Os acordos totalizaram o repasse no valor de R\$ 1.574.928,53 (um milhão, quinhentos e setenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta e três centavos), com acumulado de R\$ 6.744.265,82 (seis milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Quanto as demais contribuições sociais, a assessora descreveu a alíquota suplementar (amortização do déficit atuarial) que no balancete do mês de Maio/23 foi de 19,52%, totalizando no mês o valor de R\$ 3.023.606,39 (três milhões, vinte e três mil, seiscentos e seis reais, trinta e nove centavos), totalizando no período em receitas orçamentárias o valor de R\$ 17.287.995,43 (dezessete milhões, duzentos e oitenta e sete mil, novecentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos). E finalizando as receitas Intra OFSS, foi registrado o valor de R\$ R\$ 20.058,36 (vinte mil, cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos) referente ao repasse da Câmara Municipal de valor de benefício pago a servidor aposentado. Totalizando o valor de R\$ 19.119.967,40 (dezenove milhões, cento e dezenove mil, novecentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos) de Receita Orçamentária no mês, acumulado o valor de R\$ 69.162.153,07 (sessenta e nove milhões, cento e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e três reais e sete centavos). Das Receitas Extra Orçamentárias esclareceu sobre sua descrição, sendo estas consignações transitórias que são repassadas. Das Despesas Orçamentárias explicou que estas são dispostas em empenhadas, liquidadas e pagas; apresentando as descrições por ações, iniciando pelas despesas previdenciárias, descritas como despesas com inativos e pensionistas, no mês de maio foi empenhado o valor de R\$ 13.046.529,96 (treze milhões, quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e nove reais, e noventa e seis centavos), com um acumulado de R\$ 56.508.454,19 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dezenove centavos), destacando o aumento no período devido ao aumento dos paritários, seguida das despesas com o COMPREV, destacando que o valor líquido recebido em conta corrente é a receita menos o valor lançado como despesa, sendo que no mês de maio o valor foi de R\$ 26.669,41 (vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais



e quarenta e um centavos). Na descrição orçamentária destinada para a construção da sede destacou a liquidação do valor R\$ 17.058,04 (dezessete mil, cinquenta e oito reais e quatro centavos) pago a empresa que providenciou o projeto da construção da sede do instituto, sendo esclarecido pela presidente Rossana que já foi elaborado o estudo de solo, destacando que o projeto está avançando. Descreveu a despesa com Obrigações sobre Valores Mobiliários/PASEP (Santander DI), seguida das despesas administrativas, relatando as Despesas e Encargos com Pessoal. Descreveu ainda a despesa com a Manutenção Gabinete da Diretoria Executiva do IPMJ e Manutenção Predial e Veicular. Totalizando o valor de despesas empenhadas no período de R\$ 13.482.313,53 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, trezentos e treze reais e cinquenta e três centavos) centavos), com um acumulado de R\$ 59.136.867,43 (cinquenta e nove milhões, cento e trinta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais, e quarenta e três centavos). Esclareceu que as Despesas Extra Orçamentárias registram os repasses orçamentários, dividido em três despesas INSS/terceirização e INSS/folha e IPMJ/vencimentos e vantagens. Apresentou o resumo do balancete destacando o valor de R\$ 617.541.855,84 (seiscentos e dezessete milhões, quinhentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) descrito como valor em disponibilidade em 01/01/2023, já em maio de 2023 o valor registrado na mesma descrição foi de R\$ 640.864.697,18 (seiscentos e quarenta milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e sete reais e dezoito centavos), valor composto por R\$ 10.291.964,87 (dez milhões, duzentos e noventa e um mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e sete centavos) que estava disponível em conta corrente para o pagamento dos aposentados e pensionistas, e o valor de R\$ 630.572.732,31 (seiscentos e trinta milhões, quinhentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta e dois reais e trinta e um centavos) que compõe a parte financeira da carteira de investimento do instituto. A assessora declarou que referente a este valor, é possível acompanhar toda movimentação do mês no relatório, sendo o primeiro extrato referente às movimentações previdenciárias, explicando as movimentações descritas no relatório, como o reconhecimento dos rendimentos dos títulos públicos que venceram em 2023, pois estes pagam cupons semestrais, sendo que parte do rendimento entra no dia do resgate no vencimento do título, e a outra parte entrou neste período semestralmente, estando descrito no relatório como reconhecimento de rendimentos TPF NTN-B 760199 com vencimento 15/05/2023 no valor de R\$ 4.063.927,17 (quatro milhões, sessenta e três mil, novecentos e vinte e sete reais e dezessete centavos). A assessora Fabíola acrescentou o recebimento de juros das vértices ímpares (35, 25, 45 e 55), sendo estes os valores que compõem os R\$ 8.721.000,00 (oito milhões, setecentos e vinte e um mil reais) da receita patrimonial de título público. Esclareceu que com a entrada do valor dos 40 milhões houve novas alocações, para movimentar o dinheiro e aumentar a reserva, ocorrendo à aquisição de letras financeiras e compra de mais de título público, seguindo as orientações da LM, visando sempre a liquidez e as necessidades de caixa para garantir as despesas. Apresentou a aplicação descrita como reconhecimento de rendimentos Santander RF Referenciado DI Institucional no valor de R\$ 224.685,72 (duzentos e vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco reais, setenta e dois centavos) que compõe a receita patrimonial, apresentando ainda no item 2 do relatório da movimentação das disponibilidades todos os resgastes e ajustes. Assim, esclareceu que R\$ 617.435.066,64 (seiscentos e dezessete milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) é o valor das aplicações dedutíveis da disponibilidade financeira do plano previdenciário, que compõe os mais de 630 milhões, sendo o outro valor restante, o da taxa administrativa que é exatamente o saldo do fundo do Santander DI, no valor de R\$ 153.579,66 (cento e cinquenta e três



mil, quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e seis centavos), resultando em um saldo de movimentações de R\$ 13.137.665,67 (treze milhões, cento e trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos). Das Despesas Pagas no período destacou o tipo de despesa descrita como Previdenciária (Aposentadorias e Reformas/ COMPREV/ Obrigações tributárias e Contributivas/ Pensões) com o valor total de R\$ R\$ 11.137.936,31 (onze milhões, cento e trinta e sete mil, novecentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos). Quanto ao tipo de despesa descrito como taxa de administração destacou os valores comprometidos com a formação de servidores, serviços com terceiros/pessoa jurídica, dentre outras despesas, totalizando o valor de R\$ 373.226,79 (trezentos e setenta e três mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos), destacando o registro do pagamento inicial de obras e instalações decorrentes da construção da nova sede que foi no valor de R\$ 17.058,04 (dezessete mil, cinquenta e oito reais e quatro centavos), totalizando o valor pago de R\$ R\$ 11.528.221,14 (onze milhões, quinhentos e vinte e oito mil, duzentos e vinte e um reais e quatorze centavos). Na apresentação do Relatório Gerencial, a Assessora Fabíola explicou que o documento registra o saldo em relação ao valor empenhado, liquidado e o valor pago, destacando o valor da taxa de administração de 2023 que é R\$ 4.419.272,76 (quatro milhões, quatrocentos e dezenove mil, duzentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos), sendo o saldo referente ao valor da reserva de R\$ 12.358.259,78 (doze milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, duzentos e cinquenta e nove reais e setenta e oito). A assessora apresentou o resumo da Execução Orçamentária, receitas previdenciárias, administrativas e os valores empenhados e os valores registrados de abril para maio/2023, como registro de R\$ 19.119.967,40 (dezenove milhões, cento e dezenove mil, novecentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos) de receitas, frente ao valor de R\$ 13.482.313,53 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, trezentos e treze reais e cinquenta e três centavos) de despesas empenhadas. Por fim a assessora Fabíola apresentou os gráficos disponibilizados, apresentando considerações quanto ao balancete orçamentário, gestão orçamentária e utilização da taxa de reserva, sendo destacado pela presidente a observação referente ao gráfico das despesas previdenciárias, que tem sido crescente, observando os impactos dos aumentos referente aos profissionais paritários, encerrando a apresentação destacando que o relatório que foi aprovado pelo conselho fiscal, conforme consta na ata que foi disponibilizada para o Conselho Deliberativo. Aberta a votação, o balancete de Maio/2023 foi aprovado por unanimidade. O assessor Luís deu continuidade à apresentação expondo o relatório de investimentos mensal do instituto, explicando o cenário econômico mundial e os reflexos na economia do Brasil. Segundo o assessor é necessária uma leitura cautelosa das economias, principalmente quanto à inflação que continua subindo no cenário mundial. Destacou que na zona do Euro a inflação continua pressionando e o Banco Central europeu deve promover alguns aumentos de juros que prejudica um pouco a bolsa brasileira. Quanto a economia chinesa o assessor esclareceu que a economia chinesa perdeu um pouco de dinamismo, depois da política de COVID zero que eles implantaram que movimentou a economia, contudo, agora apresenta enfraquecimento. Destacou que a Ibovespa fechou como uma performance em alta, gerando impactos positivos na carteira de investimentos do instituto, assim, no mês de Maio o instituto bateu 278,65% da meta, chegando a mais de 100% da Meta anual. Declarou que foi adquirido um fundo novo chamado Rio Bravo estratégico IPCA, sendo este um fundo de Capital protegido, ou seja, se a bolsa variar até 38% para cima, é possível captar todo o movimento da bolsa, e se a bolsa passar dos 38% e quebrar a barreira, o rendimento cai, entretanto, continua batendo meta, diminuindo assim, o risco da carteira. O assessor afirmou também que foram adquiridas Letras



Financeiras, batendo meta em diferentes vértices conforme a ALM apresentada. Afirmou que na data de hoje será solicitado o resgate da Icatu, pois este não se enquadra na questão das Americanas. Assim, quanto aos investimentos concluiu que o mês encerrou, atingindo as metas de forma positiva, esclarecendo que o maior percentual alocado da carteira é em renda fixa, e a equipe tem tentado diminuir a concentração em alguns fundos de Renda Variável, buscando diversificação. Destacou que o fundo com a maior rentabilidade do mês foi o a Trígono Flag Ship Small Caps, que investe em empresas de capitalização de um valor de mercado ainda abaixo, mas com potencial de crescimento alto, esclarecendo que neste mês estes fundos renderam mais que a renda fixa, passando ainda a descrever outros fundos que foram rentáveis. Apresentando também a situação do fundo estressado Pátria, entre outros investimentos. Esclareceu que no passado a carteira tinha 628 milhões, e neste ano foi para 660 milhões, demonstrando que houve uma boa rentabilidade no ano, descrevendo que em janeiro/2023 a rentabilidade dos investimentos caiu um pouco, entretanto, nos meses de março para a maio, houve boa recuperação, conforme gráfico apresentado, como boas expectativas para o fechamento de junho. Apresentou os investimentos distribuídos por artigo com os devidos enquadramentos, sendo solicitado pela presidente que o assessor insira legendas nos gráficos para melhor compreensão de todos. A presidente durante a apresentação questionou o assessor sobre o que seria ações BDR, sendo esclarecido que são ações de outros países negociadas na bolsa brasileira. Afirmou que os investimentos de fundo estressado estão encerrando, sendo que o Pátria encerra em 31 de dezembro de 2023 e o FIDC encerra no próximo ano. O assessor apresentou o gráfico de riscos, destacando que na política de gestão de riscos adotada, investe-se mais onde há menos riscos, entretanto, os mais arriscados são os que rendem mais, esclarecendo que há uma legislação que define a distribuição dos enquadramentos dos investimentos. Por fim foi colocado em votação o relatório de investimento, sendo aprovado o documento.

4- Aprovação dos expedientes de Aposentadorias/Pensões. A diretora de benefícios Sandra informou que foram enviados por e-mail aos conselheiros 14 (quatorze) expedientes de concessão de benefícios para análise, sendo: doze aposentadorias e duas pensão, não havendo manifestações. A Sra. Sandra anunciou os beneficiados, a saber: Aposentadorias – Isis Meneghetti Benazzi, Edileine Aparecida da Silva, Walquíria Nunes de Siqueira, Cláudio Adriano de Siqueira Campos, Marcos Theodoro de Siqueira, Henrique Antônio Coimbra Camargo, Nilson de Andrade Souza, Marisa Aparecida Faria, Célia de Lemos Martins, Gisele Boaro da Silva e Jaime Maria, Valter Aparecido Correia; Pensões: Abraão Antônio das Neves - Beneficiária: Luzinete Teodora dos Santos Neves e Benedito de Siqueira - Beneficiária Georgina de Siqueira. A conselheira Renata destacou que verificou que três processos apresentavam falta de documentos, questionando se estes documentos foram providenciados, sendo esclarecido pela Diretora Sandra que quando não há a publicação das evoluções de carreira, a Diretoria de Recursos Humanos emite uma declaração com objetivo de suprir a publicação, acrescentando que o tribunal aceita, entretanto posteriormente é feita a regularização, acrescentando o advogado Francisco Caluza esclareceu que a ausência da publicação não interfere no direito a aposentadoria e nem no cálculo, considerando que houve a contribuição, afirmando ainda que o Tribunal de Contas ressaltou que deve haver atenção quanto a situação, já havendo apontamento a Diretoria de Recursos Humanos, sendo feito um controle dos processos com estas pendências, procurando a Diretoria de Benefícios, durante o ano regularizar junto a Diretoria de Recursos Humanos. Por fim, apresentados os processos, todos foram aprovados, ressaltando o apontamento da Conselheira Renata quanto a atenção dos processos que estão sem a publicação de vantagens. 5



- Informes: a) Audiência Pública – A presidente fez uma avaliação da audiência, entendendo que a primeira audiência foi boa, considerando a função da prestação de contas e da transparência, acreditando que foi uma oportunidade de visibilidade do instituto, além de cumprir um dos requisitos para a certificação do Pró Gestão, sendo que a partir de agora será obrigatório todo ano a prestação de contas, acrescentando que estão abertos a sugestões para melhorar o procedimento. Afirmou que a presidente do sindicato, Sra. Sueli afirmou que acreditava que faltou publicidade da audiência pública, porém a presidente justifica que havia combinado que faria a divulgação na última semana, por entender que as pessoas acompanhariam pela internet, prevendo a baixa participação presencial. A presidente afirmou que a divulgação ocorreu pelos e-mails cadastrados, pelo site da prefeitura, no site do IPMJ, no site de Câmara, na rádio Jovem Pan, no jornal Diário de Jacareí e na recepção do instituto, entretanto, propôs que na próxima vez, poderá ocorrer com maior período. A conselheira Danielle afirmou que acredita que deve ser solicitado ao Bruno, maior divulgação, sendo ainda apontado pela conselheira Adriana que sua mãe e seu tio não receberam o e-mail de divulgação, apontando ainda que acredita que devido ao Luís ter antecipado sua saída na última reunião, somente houve a divulgação na reunião porque a conselheira Danielle fez o apontamento, sendo solicitado pela presidente Rossana que a conselheira Adriana informe os e-mails para que possam fazer teste, afirmando ainda que suas férias podem ter interferido na situação da divulgação. Foi solicitado pela conselheira Adriana que o vídeo fique disponibilizado na página inicial do instituto, sendo ainda afirmado pela presidente que houve acessos pela internet, sendo sugerido pelo grupo a elaboração de vídeo institucional do IPMJ para divulgação dos 30 anos do instituto, sendo sugerido pela conselheira Renata que a presidente utilize a tribuna da Câmara, tendo esta ainda afirmado que assistiu pelo youtube, percebendo que haviam mais pessoas acessando o canal que nas outras audiências ou transmissões que acompanhou. A presidente sugeriu que os conselheiros podem apresentar outras sugestões para atividades comemorativas do 30 anos do IPMJ na próxima reunião; b) Comissão Previdenciária: a presidente comentou sobre como ocorreu a primeira reunião, falando da necessidade de integração dos integrantes que alegaram desconhecer os procedimentos do IPMJ, ocorrendo uma reclamação do Décio do SAAE sobre a condução da reunião, tendo a presidente providenciado ofício para encaminhamento ao Procurador Renato Ratti, afirmando o advogado Francisco Caluza que houve a proposta de alteração da reunião; c) Novos servidores do IPMJ, a presidente afirmou que foram admitidos novos servidores, a apresentando o novo contador que acompanhava a reunião e fez uma breve exposição de suas experiências, se disponibilizando para auxiliar o conselho em que for necessário, o comprador, solicitou exoneração e será substituído, e a assistente social não entrou em exercício, pois está de licença gestante, esclarecendo a presidente que devido a demanda de trabalho do instituto, foi decidido admitir mais um assistente social; d) Acordos de parcelamento: afirmou que os acordos estão praticamente resolvidos, entretanto, ainda há algumas pendências, para se alcançar o CRP administrativo; e) Congresso de Aguas de Lindóia: a presidente informou que devido à proximidade e por ser em local mais próximo, será aberto para todos que desejarem participar; f) Comissão de Assuntos Previdenciários: foi verificado que muitos membros não possuem experiência com as questões previdenciárias, assim, na próxima reunião o procurador fará uma formação dos conceitos básicos, e as próximas reuniões serão divididas em dois momentos, sendo um deles de formação; g) eleições dos conselhos: o procurador afirmou que ainda não conseguiu apresentar a minuta para a eleição, entretanto, devido a demanda de trabalho do instituto, ainda não foi possível organizar a minuta para eleição no



próximo ano, sendo esclarecido pela presidente que já foi solicitado um estudo sobre a questão da paridade para adequação da legislação; h) Despacho do PAP de 2011 sobre os parcelamentos, afirmou que dos despachos de 2012, a primeira regularização ocorreu em 2021, quanto ao auxílio alimentação, já houve uma regularização parcial, havendo a pendência de um período ainda, do apontamento das diferenças de alíquotas, houve os parcelamentos de uma parte do período, do item da diferença da data da consolidação de débitos, ainda há pendência, registrando pôr fim a regularização dos despachos que dependiam dos parcelamentos que aconteceram em 2022 e 2023, a pedido da presidente o procurador esclareceu sobre a Ação Popular que ainda não foi julgada. A conselheira Renata solicitou que o advogado Francisco Caluza comente sobre a sentença proferida na ação de uma servidora da Câmara Municipal, sendo por ele informado que a Câmara Municipal concede aumentos de referencias por resolução, havendo discussão quanto a constitucionalidade dos atos, por conta do princípio da reserva legal, prevista na Constituição Federal, esclarecendo que a Lei Orgânica do Município prevê que a Câmara Municipal pode criar e extinguir cargos, dispor sobre questões de cargo por ato próprio, entretanto, quanto as questões de fixação de remuneração e aumentos, cabe a casa apenas a iniciativa de projeto de lei, havendo a necessidade de elaboração de lei formal, assim, não foram estendidos aos paritários estes aumentos oriundos de resolução, gerando processos dos paritários, que em primeira instancia todos perderam, estando estes em grau de recurso, porém nesta semana no julgamento de um recurso a Câmara julgadora do Tribunal de Justiça entendeu que como órgão fracionário não poderiam declarar a inconstitucionalidade, remetendo o processo ao órgão especial do Tribunal de Justiça; Por fim, a presidente Rossana comentou sobre a sobre decisão do STF sobre as pensões, gerando comentários a decisão; i) 5ª turma do Projeto Legado: divulgação do próximo encontro 19/07, com atenção para os profissionais da Educação, acrescentando a Diretora de Benefício que foi procurado pelo presidente do instituto de Santa Fé do Sul que ficou conhecendo o projeto; j) Certificação dos Conselheiros: a presidente informou que a certificação será paga pelo IPMJ quantas vezes necessárias, porque é de interesse do instituto que os conselheiros tenham a certificação, incentivando que os conselheiros procurem a certificação, fazendo as provas quantas vezes forem necessárias para a certificação, afirmando que não haverá constrangimento para os que não passarem, destacando que o boleto deve ser apresentado antes para que o instituto pague. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 11h26. Eu, Adriana Cristina de Souza Faria secretária \_\_\_\_\_, lavrei a presente ata a qual será assinada pela presidente e conselheiros presentes após sua aprovação. Jacareí, vinte e sete de junho de dois mil e vinte e três. \*\*\*\*\*

PRESIDENTE  
Rossana Vasques

CONSELHEIROS  
Adriana Cristina de S. Faria

Ana Paula Nola Denski Bif

André Luiz Cintra



**Carlos Augusto Zani**

**Danielle de Paula**

**Dayane Lisboa Azevedo**

**José Ricardo Vinhas**

**Márcia Ap. de Siqueira Arnaldo**

**Lucieni Cristina Galvão Lázaro**

**Renata Ramos Vieira**

**Victor Adriano Vieira Silva**